



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



LEI Nº 415/2007-PGMP

AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA ESTRADA ODOVALDO NOVO, S/N COMUNIDADE ANINGA/PARANANEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 65 da Lei Orgânica Municipal de Parintins;

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 28 de dezembro de 2007, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,

L E I

Art. 1º. AUTORIZA o Município de Parintins, por meio de seu Prefeito Municipal, a efetuar a desapropriação, mediante o Título Definitivo, do terreno localizado na Estrada Odovaldo Novo, s/n Comunidade Aninga/Parananema, de propriedade do **Sr. Silvio Rodrigues Viana**, com Área de 68.880,00m², Perímetro 1.137,20m, tendo os seguintes limites e confrontações: pelo **Norte (Fundo):** Estrada do Aninga – 150,00m, **Sul (frente):** com a estrada Odovaldo Novo – 200,00m, **Leste (lado esquerdo):** com Silvio Rodrigues Viana – 368,00m, **Oeste (lado direito):** com Flávio Souza Santos Filho – 419,20m, medidas constantes no Título Definitivo nº 763.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 119.851,20 (Cento e Dezenove Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais e Vinte Centavos)**, para proceder com a indenização ao proprietário do imóvel.

Art. 3º. O terreno ao qual se refere o art. 1º desta Lei, destina-se para a Construção da Escola Técnica.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parintins, 28 de dezembro de 2007.



Frank Luiz da Cunha Garcia
Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins



PARINTINS
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herberth de Azevedo nº 1486 - Fone/Fax: (092) 3533-1399 / Parintins- AM - CEP: 69.151-580
E-MAIL: procuradoria@jurupari.com.br

Anacleto Garcia Araújo da Silva
DRA. ANACLETO GARCIA ARAÚJO DA SILVA
Procuradora Geral do Município
Decreto nº 043/2005-PGMP